

KUPFER, D. Em busca da produtividade perdida. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 10/01/2007.

Em busca da produtividade perdida

10/01/2007

Quando em outubro de 2003 Dominic Wilson e Roopa Purushothaman, economistas da conhecida corretora norte-americana Goldman Sachs, publicaram "Dreaming with BRICs: the path to 2050", imaginavam estarem constituindo, a partir da reunião de Brasil, Rússia, Índia e China, um bloco de países com mais semelhanças do que diferenças. Na visão dos autores, os países BRIC reuniriam requisitos territoriais, econômicos e demográficos que os habilitavam a formarem um grupo que em cinquenta anos seria capaz de superar o G-6 (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália) em matéria de tamanho do PIB, renda per capita e peso no consumo global.

A inclusão do Brasil no grupo de BRICs foi justificada pelos autores menos pelo desempenho que a economia brasileira vinha ostentando - de fato, a taxa média anual de crescimento do PIB real nos anos anteriores a 2003 não alcançava sequer a marca dos 2% - e mais pelos traços estruturais que historicamente caracterizam o país como uma economia de alto crescimento. Havia, então, especialmente entre os analistas estrangeiros, uma boa dose de otimismo em relação às perspectivas de evolução futura da economia brasileira. Esse otimismo era baseado, em primeiro lugar, no inegável sucesso da política de estabilização da inflação, que desde a edição do Plano Real, em 1994, vinha sendo mantida sob controle. Em segundo lugar, contribuía para melhorar as perspectivas de crescimento a longo prazo o fato de o país ter conseguido sair da armadilha da taxa de câmbio fixo como âncora dos preços e passar para um regime de câmbio flutuante no início de 1999, sem maiores traumas para a economia. Em terceiro lugar, as expectativas positivas também repercutiam a até certo ponto surpreendente tranquilidade com que se deu a passagem do governo de orientação liberal liderado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para um novo governo, de orientação auto-rotulada socialista, comandado pelo presidente Lula, mas que, na prática, preservou o programa de estabilização econômica com tanto ou mais zelo que o seu antecessor.

Da publicação do estudo para cá os anos se passaram, mas não houve modificações relevantes no quadro geral da economia brasileira, que ainda se vê enredada em uma teia de restrições ao crescimento. Enquanto Rússia, Índia e China vêm crescendo a taxas anuais próximas aos dois dígitos, o Brasil, mesmo atravessando um período extremamente favorável nos cenários internacional e nacional, não consegue sequer atingir a barreira dos 3% anuais. Para o recém-encerrado ano de 2006, que se iniciou com previsões de expansão do PIB de 4,5%, espera-se agora não mais do que meros 2,8%.

As razões que explicam as diferenças entre as taxas de crescimento econômico exibidas pelos diversos países são complexas e dão margem a acirrados debates acadêmicos. A tese predominante entre os estudiosos do desenvolvimento econômico ligados à

[Digite aqui]

metodologia da "contabilidade do crescimento", como é o caso de Wilson e Purushothaman, é de que as nações emergentes tendem a alcançar taxas de crescimento maiores do que os países do mundo desenvolvido, dando margem a processos de "emparelhamento", devido basicamente a três razões. A primeira razão prende-se ao fato de que nos países emergentes o retorno dos investimentos tende a ser maior e o estoque de capital acumulado tende a ser pequeno e, por isso mesmo, encontra bastante espaço para crescer. Como resultado, esses países costumam apresentar um ritmo de acumulação de capital muito mais intenso que o conseguido pelos países desenvolvidos, que já contam com aparelhos produtivos consolidados e sistemas completos de infra-estrutura. A segunda razão é de natureza demográfica e está relacionada à possibilidade de absorção na população economicamente ativa de grandes contingentes populacionais, abrindo igualmente espaço para uma taxa de expansão do emprego consistente com uma alta velocidade de crescimento econômico. A terceira razão é relacionada aos efeitos positivos da difusão internacional do progresso técnico, que permite a essas nações se beneficiarem de vias rápidas de redução do hiato de produtividade que as separa das nações desenvolvidas.

No caso brasileiro, nenhum desses mecanismos que teoricamente deveriam favorecer o processo de emparelhamento parece estar funcionando adequadamente. No plano da acumulação do capital, embora em muitos casos as operações empresariais venham conseguindo lucros exuberantes, o circuito da acumulação de capital produtivo está entupido em vista dos desestímulos aos investimentos embutidos na combinação equivocada de câmbio valorizado e juros altos, nos persistentes vácuos regulatórios em áreas decisivas da infra-estrutura e na incapacidade do governo em definir regras e prioridades que direcionem a expansão do sistema produtivo. No plano do capital humano, ao invés da incorporação ao mundo do trabalho de mão-de-obra de crescente nível de qualificação profissional, o que está ocorrendo é a expansão da informalidade e dos empregos de baixa qualificação. É, porém, no plano da produtividade que as lacunas mais graves parecem se manifestar. Estatísticas compiladas por The Conference Board and Groningen Growth and Development Centre (Total Economy Database, September 2006, disponíveis em <http://www.ggdc.net>), mostram que o hiato de produtividade que separa o Brasil das nações desenvolvidas tem crescido ao invés de se reduzir, como se o país não fosse capaz de absorver os frutos dos avanços tecnológicos. De acordo com os cálculos dessa instituição, tomando-se como referência a produtividade da economia norte-americana, suposta como igual a 100, a produtividade brasileira, que chegou a 33 no final da década de 1970, vem recuando desde então, estando agora na faixa de 24. Apenas como contraponto, esses mesmos valores para a Coreia do Sul são 20 e 44. Não é fácil explicar esse fenômeno, mas parte importante deve certamente ser debitada ao padrão de especialização baseado em recursos naturais que cada vez mais vai se impondo na estrutura produtiva nacional.

O crescimento acelerado da produtividade é o principal desafio que a estratégia de desenvolvimento econômico em gestação pelo governo precisa equacionar. Sem isso, os economistas da Goldman Sachs terão que se limitar ao bloco RIC em suas futuras elucubrações.